

Educação e saúde indígena: preâmbulo a um futuro cidadão.

Brazilian indians' education and health: the beginning of a citizen's future.

Educacion y salud indígena: preámbulo a un futuro ciudadano.

Edgar Merchán-Hamann¹

Maria de Fátima Sousa²

RESUMO

Os autores se referem à presença de estudantes indígenas nas universidades brasileiras, que constitui objeto de críticas e debates. Os indicadores de saúde das comunidades indígenas atestam as desvantagens e iniquidades acumuladas após séculos de exclusão. Diante desse quadro, faz-se um contraste entre as estratégias possíveis de “perdão e esquecimento” ou de “justiça reparadora”. Da formulação de políticas de proteção e garantia de direitos à sua efetivação, há um percurso complexo e, por vezes, atribulado. Sempre haverá pressões e, ocasionalmente, abusos e distorções que

são sempre habilmente aproveitados pelos inimigos da política pública e defensores do Estado mínimo. Os autores acreditam que devem ser fomentados e criados espaços de diálogo para a realização de debates que contribuam a superar as grandes dicotomias e tensões dialéticas entre: aculturação *versus* preservação; a etnologia tradicional *versus* antropologia na multiculturalidade; etnopolítica *versus* resistência étnica; reconhecimento *versus* reificação excludente; identidade hegemônica de nação *versus* identidades coletivas particulares, dentre outros.

Palavras-chave: educação indígena; educação em ciências da saúde; Brasil.

ABSTRACT

The authors focus on the presence of Brazilian Indian students at universities, which is object of criticism and debate. Health indicators of Brazilian indigenous communities show inequities resulting from centuries of marginalization. This is

¹PhD em Saúde Pública. Professor Adjunto. Departamento de Saúde Coletiva, Universidade de Brasília.

²PhD em Ciências da Saúde. Professora Adjunta. Departamento de Saúde Coletiva; Coordenadora do Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP) / Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), Universidade de Brasília.

the framework for a contrast between two types of response, discussed by the authors: “forgiving and forgetting “ or “justice and reparation”. From the formulation of policies until their implementation there is a difficult and occasionally turbulent path. There will be always pressures and also abuses which are exploited by the enemies of public policy and defenders of the minimal State. Authors believe that we have to promote and create dialogue spaces for debating issues which may contribute to the solution of great dichotomies and dialectic tensions between: acculturation *versus* preservation; traditional ethnology *versus* multicultural anthropology; ethnic politics *versus* ethnic resistance; respectful acknowledgement *versus* reification; national hegemonic identity *versus* collective particular identities, among others.

Key words: indigenous education; health sciences education; Brazil.

RESUMEN

Los autores se refieren a la presencia de estudiantes indígenas en las universidades brasileñas, que constituye objeto de críticas y debates. Los indicadores de salud en las comunidades indígenas muestran las desventajas e inequidades acumuladas al cabo de siglos de exclusión. Delante de este cuadro, los autores hacen un contraste entre las estrategias posibles de “perdón y olvido “ o de “justicia y reparación”. De la formulación de políticas de protección y garantía de derechos hasta su efectivación, hay un recorrido complejo y, a veces, azaroso. Siempre habrá presiones y, ocasionalmente, abusos y distorsiones que son habilmente aprovechados por los enemigos de la política pública y defensores del Estado

mínimo. Los autores creen que deben ser fomentados y creados espacios de diálogo para la realización de debates que contribuyan a superar las grandes dicotomías y tensiones dialécticas entre: aculturación *versus* preservación; etnología tradicional *versus* antropología en la multiculturalidad; etnopolítica *versus* resistencia étnica; reconocimiento *versus* reificación excluyente; identidad hegemónica de nación *versus* identidades colectivas particulares, entre otros.

Palabras-clave: educación indígena; educación en ciencias de la salud; Brasil.

INTRODUÇÃO

Há pouco mais de uma década, as universidades brasileiras começaram a implementar políticas de reserva de vagas para estudantes indígenas. Algumas pessoas podem se perguntar qual é o objetivo de discutir a experiência de estudantes universitários indígenas e ainda qual é a pertinência de se ter estudantes brasileiros pertencentes aos primeiros povos deste país no âmbito da universidade. Quando se fala de comunidades indígenas, aparece de pronto diante dos nossos olhos uma realidade precária, atestada pelas evidências contundentes da situação de saúde e desenvolvimento destes coletivos ¹, que demonstra que o genocídio continua, tanto no que se refere às vidas perdidas em decorrência da violência e das enfermidades conforme testemunhos históricos ^{2,3}, como no que diz respeito a processos paralelos de eliminação étnico-cultural.

As possíveis respostas

Quando nos deparamos com situações

de exclusão e injustiça perpetuadas, há dois caminhos possíveis para seguir adiante: um, é fingir que estamos cumprindo o que estipula a Constituição dos estados liberais, i.e., que de algum modo estamos reduzindo a marginalização e que todos “somos iguais”. Neste caso, o Artigo 3º da Constituição da República Federativa Brasileira (“*Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais*”), o Artigo 5º (“*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...* ”), dentre outros, seriam *letra morta* sem uma ação positiva. Isto porque optando por esse primeiro caminho, as iniquidades do passado serão perpetuadas para sempre ou em situações inter-étnicas, até a eliminação – física ou cultural-- de um grupo de povos por parte de uma outra cultura hegemônica. É a política da indiferença, termo utilizado com o sentido de ignorar ou desprezar as diferenças por teóricos alinhados com Barros ⁴. É o não reconhecimento ou reificação visto tanto no sentido de exclusão de acesso, como no sentido ontológico (a “coisificação” no capitalismo) e no cultural ^{5,6,7}.

O segundo caminho para a superação da exclusão é o da justiça e reparação. Neste caso, não se trata de cometer as mesmas injustiças –caso do chamado *reverse racism*— mas de tentar melhorar as condições mediante ações afirmativas que incrementem as chances de inclusão e competitividade. No caso dos estudantes indígenas, um profissional docente poderia dizer que se trata de uma medida demagógica imposta pelo governo ou pela política universitária. Resultaria mais fácil atribuir qualquer desfecho acadêmico

negativo aos estudantes (mais facilmente se são pobres, negros ou indígenas), assumindo esta atribuição mais um caráter de culpa do que de responsabilidade. Acontece que a responsabilidade -- neste, como em todos os casos da vida acadêmica -- é compartilhada pelos atores envolvidos no processo. Se as medidas que estamos implementando não estão dando resultado, há de se procurar outras, pois a responsabilidade é de todos. O fracasso de um estudante indígena constitui o nosso fracasso como docentes, como universidade e como sociedade.

A complexidade da implementação de políticas

Da formulação de políticas de proteção e garantia de direitos à sua efetivação, há um percurso complexo e, por vezes, atribulado. Sempre haverá pressões e, ocasionalmente, abusos e distorções que são sempre habilmente aproveitados pelos inimigos da política pública e defensores do Estado mínimo. Disto não estão isentas as políticas de inclusão e ação afirmativa. Contradições dos operadores do direito, dos grupos de militância, dos formuladores e executores das medidas fazem parte de caminhadas difíceis, principalmente quando se trilham novos caminhos. Cabe ao Estado estabelecer medidas de regulação e fiscalização, e à sociedade civil, o acompanhamento e controle social. Eventuais abusos e distorções não podem justificar a omissão do Estado face a realidades injustas perpetuadas na história.

Acreditamos que devem ser fomentados e criados espaços de diálogo para a realização de debates que contribuam a superar as grandes dicotomias e tensões dialéticas entre: aculturação

/ assimilação *versus* preservação da cultura ancestral; a etnologia tradicional *versus* etnologia e antropologia na multiculturalidade; etnopolítica *versus* resistência étnica; reconhecimento cultural e material *versus* reificação excludente; identidade hegemônica de nação *versus* identidades coletivas particulares, dentre outros. Tais debates se encontram atualmente no cerne dos primórdios da participação efetiva dos indígenas no delineamento do seu destino e na redefinição da política indigenista dos Estados Nacionais ^{8,9,10,11,12}.

O futuro dos indígenas brasileiros

Estamos cientes que nenhuma medida fará justiça totalmente reparadora com relação ao acúmulo de violações de direitos cometidas em decorrência na invasão do continente americano. Não obstante, acreditamos que em um Estado de Direito, e assumindo que o mesmo obedece a um processo contínuo de construção e aperfeiçoamento de novos contratos sociais civilizatórios, os povos originais do continente terão ferramentas para a superação de condições de exclusão e conseguirão empoderamento para sua auto-gestão. Neste sentido, sua presença na universidade é um passo gigantesco que certamente fará uma diferença nas suas comunidades, mesmo que nem todos os novos profissionais optem por retornar às suas comunidades. No futuro, tal presença deve ter impacto na definição das políticas públicas relacionadas com os indígenas e na própria gestão.

REFERÊNCIAS

1. Brasil - FUNASA, 2010. Vigilância em Saúde Indígena. Síntese de indicadores 2010. Brasília: Departamento de Saúde Indígena /

Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

2. Ujvari SC. A História da humanidade contada pelos vírus. São Paulo: Editora Contexto. 2011.

3. Silva FCT. Conquista e colonização da América portuguesa. Os índios e sua resistência. In: Linhares MY. História Geral do Brasil. 1990. Rio de Janeiro: Editora Campus. pp. 37-41.

4. Barros JD'A. A construção social da cor. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

5. Honneth A. Reificación. Un Estudio en la Teoría del Reconocimiento. 2007. Buenos Aires: Katz Editores.

6. Butler J. Merely cultural. *New Left Review* 1997. (52-53): 265-277.

7. Fraser N. Iustitia interrupta: reflexiones críticas desde la posición “postsocialista”. Bogotá: 1997. Siglo XXI Editores - Universidad de los Andes - UNIANDES.

8. Garzón-Estrada JJ. Las acciones afirmativas como posibilidad de reconocimiento y de transformación cultural. Algunas aproximaciones teóricas. In: Grueso-Vanegas DI, Castellanos-Llanos G. (compiladores) Identidades colectivas y reconocimiento. Razas, etnias, géneros y sexualidades. Cali: Editorial Universidad del Valle. 2010. pp. 67-84.

9. Castelar AF. Judith Butler y el problema del reconocimiento. In: Grueso-Vanegas DI, Castellanos-Llanos G. (compiladores) Identidades colectivas y reconocimiento. Razas, etnias, géneros y sexualidades. Cali: Editorial Universidad del Valle. 2010. pp. 193-218.

10. Stavengahen R. Los derechos indígenas. Algunos problemas conceptuales. In: Zambrano CV (Editor). Etnopolíticas y Racismo. Conflictividad y desafíos interculturales en América Latina. 2003. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia - Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. pp. 163-185.

11. Zambrano CV. Nación y pueblos indígenas en transición. Etnopolítica radical y fenómenos político-culturales emergentes en América Latina. In: Zambrano CV (Editor). Etnopolíticas y Racismo. Conflictividad y desafíos interculturales en América Latina. 2003. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia - Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. pp. 187-212.

12. Baines SG. Estilos de etnología indígena del Brasil y del Canadá. In: Zambrano CV (Editor). Etnopolíticas y Racismo. Conflictividad y desafíos interculturales en América Latina. 2003. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia - Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales. pp. 123-142.